

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO AMBIENTAL E AMAZÔNIA: breves reflexões e relações

Denison Martins dos Santos¹Larissa Marinho da Costa²Thaize de Sousa Medeiros³

RESUMO

Este trabalho apresenta importantes reflexões sobre a relação entre Serviço Social e Questão Ambiental, como um debate urgente para a categoria profissional, haja vista, as condições atuais de crise ambiental deflagrada pela expansão predatória do modo de produção vigente. Historicamente, a inserção da Amazônia na divisão internacional do trabalho reservou para região o papel de fornecedora de recursos naturais e de controle do excedente populacional. Enquanto procedimento metodológico foi realizada abordagem geral do tema e, por conseguinte, uma revisão sistemática de literatura. A partir dos resultados obtidos, considera-se a questão ambiental como uma expressão da questão social, logo, um objeto de intervenção da/o assistente social, com notável evidência, tendo em vista os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo sob a égide financeira, que deixam profundas marcas, sobretudo na população tradicional, indígena, quilombola e extrativista na região amazônica.

PALAVRAS-CHAVE: Capitalismo. Amazônia. Questão Ambiental. Serviço Social.

Palavras-chave: Palavra-chave 1; Palavra-chave 2. Palavra-chave 3.

ABSTRACT

This work presents reflections on the relationship between Social Service and Environmental Issues, as an urgent debate for the professional category, given the current conditions of environmental crisis triggered by the predatory expansion of the current mode of production. Historically, the inclusion of the Amazon in the international division of labor has reserved for the region the role of supplier of natural resources and control of the population surplus. As a methodological procedure, a general approach to the theme was carried out and, therefore, a systematic literature review was carried out. From the results obtained, it is considered that the environmental issue as an expression of the social issue, therefore, an object of intervention by the social worker with remarkable evidence, in view of

¹ Universidade Federal do Pará; Mestre em Serviço Social; E-mail: dmsantos@banparanet.com.br.

² Universidade Federal do Pará; Mestre em Serviço Social; E-mail: lmc.larissa2@gmail.com.

³ Universidade Federal do Pará; Mestre em Serviço Social; E-mail: thaize2007@yahoo.com.br.

PROMOÇÃO



APOIO





the destructive impacts of the ongoing transformations in contemporary capitalism under the financial aegis, which leave deep marks, especially on the traditional, indigenous, quilombola and extractive populations in the Amazon region.

KEYWORDS: Capitalism. Amazon. Environmental Issue. Social service.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta uma análise sobre a relação entre serviço social e questão ambiental. No que diz respeito à particularidade desta discussão, destacamos a Amazônia brasileira, a qual assume uma posição estratégica à divisão técnica, nacional e internacional do trabalho, pois se constitui território de interesse do capital nacional e estrangeiro por suas extensas fontes de riquezas para exploração, característica inerente ao capitalismo brasileiro tardio e dependente.

Pelo exposto, para atender ao objetivo proposto e analisar essa relação entre o serviço social e a questão ambiental, o percurso metodológico seguiu um levantamento em artigos, na base de dados Google Acadêmico, referente aos anos 2019 a 2021, utilizando como descritor: “Serviço Social e Meio Ambiente”. Para tanto, foram selecionados 04 (quatro) estudos, gerando como resultado (após aplicados os critérios de inclusão e exclusão) uma revisão sistemática de literatura sobre o tema em destaque. Assim, este artigo apresenta, no primeiro momento, reflexões sobre o capital financeiro e internacional e a questão ambiental na Amazônia, na sequência, o resultado da revisão sistemática de literatura, com análise de artigos selecionados que versam sobre a discussão acerca do Serviço Social e a questão ambiental.

2 AMAZÔNIA, CAPITAL FINANCEIRO E INTERNACIONAL E A QUESTÃO AMBIENTAL

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Historicamente, o Estado brasileiro tem buscado intervir na Amazônia por meio de políticas e ações públicas que demonstram a materialização de um perfil de classe ao corresponder objetivamente a interesses gerais voltados ao desenvolvimento e expansão capitalista, agudizando assim as contradições entre capital x trabalho.

No cenário político nacional, com a intenção de integração da região ao restante do país, sob o *slogan* de que era preciso “integrar para não entregar”, o governo desenvolveu uma política de incentivos fiscais e creditícios que beneficiava quem quisesse atuar economicamente na região. Data desse período a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966 (RODRIGUES, 1996); e já na década de 1970 foi proposto o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia – I PDA (1972-74), com fortes razões advindas do contexto político e econômico. Ainda neste período, conforme destaca Pinto (1997), o Estado brasileiro passa a facilitar um setor de grande valor na Amazônia (exploração mineral), sendo este, um dos setores que mais despertam o interesse do capital internacional pela região.

Tal facilitação foi possibilitada pela adoção da Política de Incentivos Fiscais para a região, visando à inserção de investidores e empresas estrangeiras e nacionais que potencializassem a integração e o crescimento acelerado da região, sendo amplamente subsidiados pelo governo, que de acordo com Pinto (2009), dava ao empresariado até 75% do valor investido na região para assegurar o estabelecimento de capitais naquele espaço.

Este período (1980) desponta como o momento de instalação e implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos, a partir de um conjunto de medidas adotadas pelos governos militares para aglutinar a região de infraestrutura básica (construção de estradas e rodovias) de apoio aos projetos de desenvolvimento comandados pelo grande capital, tal como o complexo portuário-industrial-urbano ALBRÁS/ALUNORTE em Barcarena no estado do Pará, a qual foi inserido no megaprograma Grande Carajás do governo federal,

PROMOÇÃO



APOIO





[...] um passo a mais num projeto nacional que visava uma maior integração da Amazônia na economia brasileira e internacional por meio do acesso e exploração de suas riquezas naturais e minerais e de seu potencial hidrelétrico, seguindo e complementando o uso do território para a expansão da pecuária, assentamentos rurais [...] e ainda garantir a ocupação populacional, como parte de uma estratégia de segurança nacional (HAZEU, 2015, p. 95 - 96).

É importante destacar que são criadas nesse contexto “as infraestruturas físicas e sociais necessárias ao pleno desenvolvimento produtivo do capital” (HARVEY, 2006, p. 130), algo característico do processo de avanço das fronteiras de expansão para maior acumulação capitalista dos espaços produtivos, tendo o poder público como principal fomentador, pois “[...] a implantação concreta das rodovias alterou profundamente o padrão da circulação (capital e trabalho) e do povoamento regional” (BECKER, 1999, p. 139).

Quanto à produção mineral na região, Pinto (2009) destaca que o Estado do Pará começou a primeira década do novo milênio produzindo pouco mais de dois bilhões de dólares em minérios destinados quase que integralmente à exportação.

É notória a contradição existente historicamente na operacionalização de políticas e modelos de desenvolvimento instaurados no Brasil ao longo das últimas décadas e, sobretudo, quando direcionadas à região amazônica, que devido as condições de permissividade subalterna⁴ brasileira resultam no mau uso e exploração de recursos naturais, agressão aos direitos sociais da população onde se instalam grandes empreendimentos e projetos, desestruturação e destruição de condições de vida, trabalho e de economias tradicionais existentes no país.

Existe uma tendência hegemônica da Divisão Internacional do Trabalho (DIT) desenvolvida a partir da plataforma política, econômico-ideológica neoliberal em seu projeto de mundialização da economia capitalista a partir da década de 1970, que gera riscos sociais e ambientais para os países periféricos e subordinados, ao relegar a esses países a transferência de plantas produtivas que demandam

⁴ Termo utilizado por Freire & Prescholdt (2015) ao discutirem a insustentabilidade do padrão de desenvolvimento permitido pelo Brasil por meio das condições de implantação da política neoliberal no país que resulta em agressão aos direitos sociais e ambientais.

absorção de força de trabalho e maior domínio do capital via exploração de recursos naturais.

Desse modo, a parte poluidora e destrutiva do processo vai para os países de economia subalterna, menos rigorosa em suas leis de proteção e com abundante força de trabalho – barata e dependente quanto à empregabilidade, sendo política e educacionalmente frágil -, mantendo o domínio tecnológico e direitos inerentes, inclusive sob forma de patentes, muitas vezes ainda auferindo incentivos fiscais e financiamento. Essa divisão também tem privilegiado nos países periféricos, a exploração de recursos naturais não renováveis, como o minério e o petróleo, junto com o uso de bens escassos, ali mais abundantes, como a água, a madeira e a extensão de terra (FREIRE & PRESCHOLDT, 2015, p. 481).

Pandolfo (1994) declara que, no mundo atual os produtos considerados críticos por sua escassez de fontes de suprimento, são: os alimentos, a energia e os produtos florestais, e, portanto, levando-se em consideração os revolucionários avanços científicos e tecnológicos alcançados nas últimas décadas, a Amazônia assume um valor estratégico enquanto maior expressão de vida no planeta, haja vista, sua extraordinária biodiversidade, a existência de minerais de terceira onda - titânio, nióbio, zircônio, volfrâmio, etc. - em sua configuração geológica e vasta extensão territorial (5 milhões de Km², correspondendo a 61,2% do território nacional), flora e fauna rica e diversificada, grande potencial de recursos mundiais de madeira tropical, constituindo, portanto, matéria-prima valiosa para o novo paradigma científico-tecnológico dos dias atuais.

Oliveira (2009) indica um caminho possível para a “reconquista da Amazônia”⁵ ao oferecer para o Brasil e outros países amazônicos, a chave de ingresso pelo alto no topo de um sistema de valor de uso voltado às necessidades humanas a partir do usufruto consciente da biodiversidade existente.

Embora as afirmações do autor apontem um caminho necessário para a superação da lógica de subordinação da Amazônia ao domínio da mundialização

⁵ Em palestra proferida na Conferência: “Amazônia e a Crise da Modernização”, Francisco de Oliveira (2009) defende que a reconquista da Amazônia ocorrerá a partir da elaboração de uma hegemonia contraposta ao sistema de pura dominação depredatória, denunciando, portanto, os limites da racionalidade capitalista forjada nos tempos primevos de ocupação da região.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

imperialista sob a forma de capitalismo neoliberal, a vigência do Governo Bolsonaro no país (2019-2022) e sua agenda político-econômica, voltada aos domínios do capital financeiro, demonstram nitidamente o contraponto fundamental à possibilidade de utilização consciente dos recursos naturais e da biodiversidade amazônica para o Brasil.

Marx (1986) adverte que a história se repete como farsa, em vez da tragédia original, e no caso da Amazônia contemporânea, os múltiplos processos da recente expansão destrutiva em curso, associados a conjuntura neofascista engendrada pelo projeto político bolsonarista que nega o protagonismo das populações tradicionais a partir da pseudo-impressão de que os problemas da Amazônia são de ordem tamanha que inexiste competência técnica, recursos financeiros, e poderes locais e/ou regionais abrangentes e capazes de superá-los (OLIVEIRA, 2009).

É fonte de erros que embala a política destrutiva, irracional, do governo Bolsonaro, que oferece a Amazônia ao mercado mundial para a exploração de suas riquezas do subsolo, à intensificação da indústria agropecuária, da exploração pela empresa madeireira, pavimentação de estradas; tudo isso ignorando a presença dos povos indígenas, pequenos produtores, coletores, pescadores tradicionais, imigrantes nacionais e de outros países da América Latina; ignorando ainda a diversidade de espécies da flora e fauna, as articulações com os outros sistemas ecológicos que formam a nação e o mundo e determinam o equilíbrio ecológico planetário, as mudanças climática, e os desastres “naturais” que impactam em diversos pontos da Terra, criando uma multidão de refugiados ecológicos que somam-se aos refugiados das guerras e crises político-econômicas (SANTOS, 2020, p. 39-40).

Segundo Pandolfo (1994), não é por motivos puramente conservacionistas que a Amazônia centraliza as atenções mundiais, mas por estar situada dentro das necessidades vitais dos eixos de poder e despertar interesse pela grandeza e magnitude de seus recursos considerados de alto valor estratégico para o grande capital. E sob comando de Bolsonaro engendra-se uma máquina de destruição e morte socioambiental, decorrente do retorno da política “entreguista” e subalterna que favorece historicamente a expansão ampliada do grande capital financeiro internacional no país e na região amazônica.

PROMOÇÃO



APOIO



3 QUESTÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: UM DEBATE URGENTE

O debate da questão ambiental, entendida como uma expressão da questão social, tem ganhado espaço, seja pelo avanço do capital em territórios tradicionalmente ocupados, seja pelo agravamento das condições climáticas. Nesse contexto há uma relação de pobreza x riqueza, descrita por Teixeira (2008), de um processo de cada vez mais “escassez (onde antes havia fartura), poluição das águas (rios, igarapés, lagos, praias), devastação da floresta (último reduto da maior biodiversidade ainda existente)”, condições essas que fazem caminharmos para a “crise da humanidade” (CHENAIS; SERFATI, 2003),

[...] nos últimos 30 anos com os grandes projetos agroexportadores e minero-metalúrgicos, assentados sob diferentes formas de expulsão dos chamados povos tradicionais de seus lugares; e, de outro, pela intervenção do Estado no controle dos conflitos fundiários. A expropriação no campo e da precarização das condições de vida nas cidades são manifestações do crescimento e da miséria à medida que o capital avança sobre as fronteiras. As populações indígenas e tradicionais se vêm ameaçadas em face da reorganização da produção no espaço amazônico (SCHERER, 2009, p. 12-13).

O sistema capitalista se trata de um modelo predatório, produtor de consequências ambientais (CHENAIS; SERFATI, 2003), no qual as questões da obtenção do lucro se sobrepõem a natureza e as pessoas, aqui damos destaque aos povos e comunidades tradicionais que estabelecem uma relação simbiótica com a natureza. “Quando, porém, o capital expropria o homem de seus meios de produção, transformando em capital os meios de subsistência e de produção, converte os produtores diretos em assalariados, subvertendo a lógica nativa e transformando a terra em terra de negócio” (NASCIMENTO; *et al*, 2019, p. 4), destruindo por sua vez a biodiversidade, da qual não dependem somente os povos e comunidades tradicionais, mas toda a humanidade.

Nesse sentido, a dominação e degradação ambientais causadas pelos países ditos avançados, geram uma crise ecológica mundial que se torna uma “crise

para a humanidade”, que segundo Chenais e Serfati (2003) pode ser irreversível, como o aquecimento global.

Contudo, há um persistente ataque direto as condições de (re)produção da vida de povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, pescadoras/res e outras comunidades que “possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (art. 3, §I do Decreto 6040/2007).

Mensuramos, assim, a necessidade de ampliação de reflexões sobre a questão ambiental e da sua relação com o Serviço Social, mas também de proposições na atuação deste profissional, pois ao tratarmos a questão ambiental na sociedade capitalista decorrente de uma crise para a humanidade, temos que a busca de estratégias para o fortalecimento das lutas em defesa dos territórios tradicionais é demanda urgente, seja por meio da assessoria aos movimentos sociais, seja no seu fazer profissional, pois os territórios tradicionalmente ocupados são lugares onde essa biodiversidade ainda está preservada, justamente pela diversidade de seus povos, além de ser uma questão de direitos humanos.

3.1 Serviço Social e a Questão Ambiental: uma breve revisão de literatura

Nesta seção serão apresentados os resultados decorrentes da análise dos artigos selecionados a partir do levantamento bibliográfico. Assim, 04 (quatro) artigos foram objeto de análise sobre o tema “Serviço Social e Questão Ambiental”, conforme mostra o quadro 1 (um). Destas produções, 02 (duas) apresentam como metodologia a revisão de literatura e 02 (duas) de experiências em campo de estágio supervisionado, de modo que uma se refere a relato de experiência e outra a projeto de intervenção e registro em diário de campo. Ademais, tais artigos são produções que envolvem o contexto da região Amazônica.

QUADRO 1 - SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AMBIENTAL

Titulo, Autores (as), Ano e Principais Resultados
<p>Questão Ambiental no Serviço Social, Afinal do que se trata? (Raquel Mota Mascarenhas, 2021)</p> <ul style="list-style-type: none"> A produção sobre questão ambiental é uma área em construção no Serviço Social. A temática advém do reconhecimento de sua importância, por ser uma demanda profissional e social Requer qualificação da análise teórica sobre o tema A emergência da discussão sobre o tema parte do enfrentamento hegemônico do modelo capitalista de desenvolvimento sustentável O apontamento de que a questão (socio)ambiental deve ser considerada como uma das expressões da “questão social” A supressão da questão ambiental é vista como impossível no capitalismo, haja vista a incapacidade de o sistema resolver as contradições gestadas por ele próprio
<p>O Serviço Social e a Atuação Técnica Socioambiental: uma experiência dentro do Programa Saneamento para Todos (Ariane Helena Coelho Raiol; Lia Rocha de Sousa Esperante, 2019)</p> <ul style="list-style-type: none"> A atuação do Assistente Social neste projeto é orientada pelo Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) instituído pela Caixa Econômica Federal, que consiste em um documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários Ao Serviço Social compete construir os relatórios mensais de acompanhamento do trabalho técnico social, que são documentos com registros das ações realizadas e previstas, e dos resultados alcançados As assistentes sociais promovem mobilizações para organização de reuniões com a comunidade local Transcender as demandas institucionais apresenta-se como o principal desafio deste profissional
<p>As Questões Ambientais da Atualidade e a Prática Profissional do Assistente Social (Eveline Teles Bem; Fabiana Damasceno Pereira, 2019)</p> <ul style="list-style-type: none"> A Educação Ambiental tem o papel de orientar as pessoas de como um fundamental respeito ao meio ambiente é uma questão elementar Tanto na visão conservacionista quanto na comportamentalista a Educação Ambiental é pensada como questão de sobrevivência, mas não como ferramenta para discutir e agir sobre os aspectos que geram estes desequilíbrios Grande desafio da educação ambiental para lidar com a atual sociedade, pois a destruição ambiental está relacionada ao atual padrão de produção capitalista Os grandes desafios para os educadores ambientais são o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos de confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e uma visão global e crítica das questões ambientais
<p>Serviço Social e a Inserção da Educação Ambiental no Centro de Promoção Humana Emanuel - CENPRHE em Várzea Grande-MT (Leonara Albertina Pereira; Lucinéia de Souza; Leila Chaban, 2016)</p> <ul style="list-style-type: none"> O assistente social atua no âmbito das relações sociais e políticas, junto a indivíduos, famílias, comunidade e movimentos sociais desenvolvendo ações que visem fortalecer sua autonomia, participação e exercício de cidadania A/O assistente social realiza atividades como palestras sobre Educação Ambiental A atuação da/o assistente social como educador ambiental tem como principal instrumento de intervenção social a mediação

Fonte: Elaborado pelos (as) autores (as)

Como principais resultados identificados destaca-se que, o tema é uma área em construção no campo da profissão, sendo esta uma demanda profissional e social, que requer qualificação da análise teórica, conforme aponta Mascarenhas (2021). Ainda de acordo com a autora este tema tem como ponto de partida

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



(podemos dizer, também, como ponto de chegada), o enfrentamento hegemônico do modelo capitalista de produção, desta maneira a questão (socio)ambiental deve ser considerada uma expressão da “questão social”, de modo que a sua resolução é vista como impossível, haja vista a incapacidade do sistema resolver as suas próprias contradições, sendo esta sua finalidade.

Bem e Teles (2019) também destacam em seus resultados a relação com o modo capitalista de produção e a educação ambiental, apontando como grande desafio deste campo lidar com a atual sociedade, pois a destruição ambiental está imbricada ao atual padrão de produção, de devastação e exploração impetuosas da natureza e seus recursos. E, para os educadores ambientais como desafios estão o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos de confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e uma visão global e crítica das questões ambientais. Desta maneira, a educação ambiental deve ser trabalhada em seu papel fundamental de orientar as pessoas quanto o respeito ao meio ambiente e como ferramenta para discutir e agir sobre os aspectos que geram consequências para a população, sobretudo, as locais.

No que diz respeito aos resultados destacados por essas 02 (duas) produções podemos inferir que a questão ambiental é um tema/área ainda não amplamente difundida no interior da profissão de forma mais específica, mas que apresenta caráter elementar, portanto requer aprofundamento, tendo em vista ser considerada uma expressão da questão social, engendrada no/pelo modo de produção capitalista, que causa inúmeras consequências às populações, conforme apontado pelas autoras. Sobre isso Teixeira (2008, p. 147), destaca que este não é um processo puramente econômico, pois:

Além de gerar pobreza, miséria e ‘exclusão’, dissolve também um saber milenar, conhecimentos, informações, culturas, visões de mundo e valores raros, sem substituí-las. Gera, portanto, o embrutecimento, a deseducação, a desinformação, a perda da memória ancestral, a perda do orgulho étnico, a violência.

Desta maneira, a questão ambiental é um tema contemporâneo, muito

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

presente na Amazônia e se torna objeto de intervenção da/o assistente social, que pode ser desdobrado em vários outros temas, dentre os quais: a questão étnica, que envolve a invasão das terras indígenas, dos quilombolas e outros povos tradicionais, os conflitos de terra, com o avanço dos latifúndios, a própria reforma urbana, considerando a expropriação das comunidades locais de seus territórios, dentre outros temas que surgem diante às múltiplas determinações deste processo (TEIXEIRA, 2008).

Raiol e Esperante (2019) e Pereira et al. (2016), por sua vez, ao tratam em suas produções da atuação da/o assistente social em espaços que tem a questão ambiental como objeto de trabalho. Como principais resultados em sua produção a intervenção profissional frente a projetos técnicos, como foi o caso do Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) instituído pela Caixa Econômica Federal, que consiste em um documento que sistematiza a proposta de trabalho junto aos beneficiários, no qual o Serviço Social, dentre suas atribuições e competências elaborava relatórios mensais de acompanhamento do trabalho técnico social, além de promoverem mobilizações para organização de reuniões com as comunidades locais. Entretanto, superar as demandas institucionais foi considerado o principal desafio deste profissional nesta experiência (RAIOL; ESPERANTE, 2019).

Dentre outros resultados, sobre a atuação profissional, Pereira et al. (2016) destacam que a/o assistente social atuava no âmbito das relações sociais e políticas, junto a indivíduos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que visem fortalecer sua autonomia, participação e exercício de cidadania, no caso do Centro de Promoção Humana Emanuel (CENPRHE) em Várzea Grande-MT, trabalhando no campo da educação ambiental, no qual a/o profissional realizava atividades, principalmente palestras como educador(a) ambiental, promovendo mediações junto a população e o programa.

Em relação essas 02 (duas) produções que tratam, de forma particular, da educação ambiental que atua como educador neste campo, seja em espaços como projetos técnicos ou programas diretamente voltados para a temática da educação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

ambiental, com a realização de palestras e mobilizações, com perspectiva à participação social das comunidades locais. Contudo, vários são os desafios que permeiam esses contextos e espaços, levando a/o profissional aprofundar seu conhecimento sobre o tema, assim como difundi-lo aos diferentes espaços de discussões e de atuação profissional, ao considerar que a questão ambiental é um tema em voga, com tendências de crescimento cotidianamente.

4 CONCLUSÃO

A relação entre Serviço Social e questão ambiental na Amazônia é permeada por vários fatores atinentes ao modo capitalista de produção. Na contemporaneidade, o capitalismo financeiro mundializado e, sob a égide do projeto neoliberal se apropria das diferentes formas de vida na região amazônica, que historicamente tem o território explorado em seus bens e riquezas naturais pelo capital nacional e internacional, e conseqüentemente, sofre com a expropriação dos povos e comunidades que tradicionalmente a ocupam.

No âmbito da dinâmica de aguçamento das expressões da questão social na Amazônia, segundo Teixeira (2009, p. 28): “seja qual for a miséria, seja qual for a pobreza, seja qual for a degradação, passa pelos caminhos e pelos termos da expropriação”.

Marques (2019, p. 32) assegura que, historicamente “a integração da Amazônia à nação brasileira ocorreu de forma subordinada, dependente e periférica”. Nessa dinâmica que perpassa a própria lógica capitalista, o resultado da produção não é usufruído pelo conjunto da sociedade, e muito menos pelo contingente de trabalhadores na região, mas, apropriado privadamente pelos grupos financeiros e/ou especuladores nacionais e internacionais, residindo, portanto, neste aspecto central a razão para a existência das desigualdades e contradições de classe na Amazônia.

PROMOÇÃO



APOIO



Diante da constatação inequívoca sobre a histórica desigualdade socioeconômica na região diretamente vinculada a apropriação privada do resultado da produção, Teixeira (2009, p. 32) conclui: “A Amazônia tem uma vocação para abundância, a escassez foi introduzida pelo capital”.

Assim, as determinações oriundas deste processo tornam-se objeto de intervenção da/o assistente social, a/o qual precisa se apropriar desta discussão, considerando a incipiente produção que envolve o tema, além das possibilidades que se apresentam enquanto espaços de atuação a esta/e profissional, conforme a revisão de literatura apresentada indicou, ou seja, a partir da inserção neste tema e realidade a/o assistente social pode atuar e intervir na perspectiva da mobilização, organização, condução de programas e projetos, além de ser considerado também um educador ambiental ao trabalhar os aspectos político, econômico e social que envolvem a discussão e/ou vivências objetivas. Para tanto, cabe a categoria avançar nos debates, produções e ‘ocupar’ os espaços de atuação relacionados a questão ambiental.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. Amazônia, Fronteira Experimental para o Século XXI. In: **Bioética no Brasil**. Org. Becker, P. RJ: Espaço e Tempo, 1999.

BEM, E. T.; PEREIRA, Fabiana Damasceno. As questões ambientais da atualidade e a prática profissional do assistente social. In.: **16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. 2019, Brasília-DF, Anais. Disponível em: < <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/140>>. Acesso em: 29/05/2022.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 01/05/2022.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. São Paulo: Boitempo, n 16, mar. 2003. p. 39-75.



FREIRE, L. M. de B.; PRESCHOLDT, S. G. de A. Desenvolvimento às avessas e depredação socioambiental por uma mineradora. In: **Rev. Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 476-500, jul./set. 2015

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HAZEU, M. T. O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015. 337f.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARX, K. **O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MASCARENHAS, R. M. Questão ambiental no Serviço Social, afinal do que se trata? In.: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 381-396, jan./jun. 2021.

NASCIMENTO; et al. Serviço Social e questão indígena/ambiental: reflexões (im)pertinentes. In.: **16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. 2019, Brasília-DF, Anais. Disponível em: <<https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1024/999>>. Acesso em: 01/06/2022.

OLIVEIRA, F. de. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, pp. 83-93.

PANDOLFO, C. **Amazônia brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PINTO, L. F. A Amazônia entre estruturas desfavoráveis. In: D'INCAO, Maria Ângela e SILVEIRA, Isolda Maciel. **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, pp. 109-115.

_____. **Amazônia: o século perdido (a batalha do alumínio e outras derrotas da globalização)**. Belém: GRAFISA, 1997.

RAIOL, A. H. C.; ESPERANTE, L. R. de S. O Serviço Social e a atuação técnica socioambiental: uma experiência dentro do programa saneamento para todos. In.: **16º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**. 2019, Brasília-DF, Anais. Disponível em:

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



<https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1033/1008>. Acesso em: 30/05/2022.

RODRIGUES, E. **Aventura urbana**: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém. Belém: NAEA; UFPA, 1996.

SANTOS, L. F. de S. Lógica marxista e Amazônia em tempos de Bolsonaro. In: **Movimento**: crítica, teoria e ação / Movimento Esquerda Socialista. ano 5, v.1, n.16 (jan.2020-mar.2020). Porto Alegre: Movimento, 2020, p. 31-42.

SCHERER, E. Vulnerabilidade social da cidade de Manaus: o avesso do progresso. In: **Questão Social na Amazônia**. Manaus, EDUA, 2009, p. 127-164.

TEIXEIRA, J. B. Meio Ambiente, Amazônia e Serviço Social. In: **Revista em Pauta**. - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 21, 2008. (p. 141- 152).

_____. O desafio da inclusão social no cenário brasileiro e amazônico. In: SCHERER, Elenise (Org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009, p. 21-36.

PROMOÇÃO



APOIO

